

PELO DIREITO DE MORAR: A LUTA PELA MORADIA E A ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO NOVE DE NOVEMBRO EM VOLTA REDONDA (2008-2025)

Paulo Célio Soares¹

Fernanda Bruna Martins Souza²

Emily Guirá da Costa³

Bernardo Ryan Dias⁴

Anna Luiza Vieira Alves⁵

Rodrigo Marques Monteiro de Castro⁶

Resumo

Essa pesquisa discute a luta pela moradia em Volta Redonda, município fluminense cuja trajetória histórica foi profundamente moldada pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e pelas contradições sociais a ela associadas, com a investigação da Ocupação Nove de Novembro, localizada no bairro Santo Agostinho, região periférica da cidade. Essa Ocupação constitui-se como uma estratégia coletiva diante do déficit habitacional persistente e da segregação socioespacial que marcam a cidade. Em nossa metodologia utilizaremos revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, com a realização de entrevistas para analisar como se organiza essa Ocupação, suas formas de resistência, reivindicações e de que maneira esse território opera, e empiricamente luta pela afirmação do direito à cidade. O referencial teórico articula autores clássicos do pensamento urbano — Lefebvre, Harvey, Maricato, Rolnik e Santos — a estudos dedicados especificamente a Volta Redonda. Os resultados apontam que essa Ocupação não se constitui apenas uma resposta emergencial à carência de moradias, mas antes, configura-se como espaços de produção de cidadania e de uma vida digna.

Palavras-chave: Ocupação. Moradia. Volta Redonda.

Abstract

This research examines the struggle for housing in Volta Redonda, a municipality in the state of Rio de Janeiro whose historical trajectory has been profoundly shaped by the installation of the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) and by the social contradictions associated with it. The study focuses on the Nove de Novembro Occupation, located in the Santo Agostinho neighborhood, a peripheral area of the city. This occupation constitutes a collective strategy in response to the persistent

¹ Doutor em História (UFRRJ), docente do UGB-FERP.

² Discente do Curso de História do UGB-FERP.

³ Discente do Curso de História do UGB-FERP.

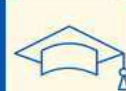
⁴ Discente do Curso de História do UGB-FERP.

⁵ Discente do Curso de História do UGB-FERP.

⁶ Discente do Curso de Letras do UGB-FERP.

housing deficit and the socio-spatial segregation that characterize the municipality. The methodology combines a bibliographical review, documentary analysis, and field research, including interviews, in order to analyze how the occupation is organized, its forms of resistance and claims, and the ways in which this territory operates and empirically struggles for the affirmation of the right to the city. The theoretical framework brings together classical authors of urban thought—such as Lefebvre, Harvey, Maricato, Rolnik, and Santos—with studies specifically dedicated to Volta Redonda. The findings indicate that this occupation is not merely an emergency response to housing shortages but rather constitutes a space for the production of citizenship and the pursuit of a dignified life.

Keywords: Occupation. Housing. Volta Redonda.



Introdução

Esse artigo discute a problemática da luta pela moradia e a organização de uma ocupação urbana organizada⁷ ou simplesmente ocupação⁸ existente em Volta Redonda: a Ocupação 9 de Novembro. Nossa pesquisa busca compreender como essa ocupação se organiza, suas demandas e a relação com o Poder Público, além de problematizar a falta de políticas habitacionais efetivas na cidade.

Estes espaços, marcados pela vulnerabilidade social, representam um recorte significativo da complexa dinâmica urbana da cidade, que em toda sua história, sofre com um pesado déficit habitacional, remontando aos anos de 1940, quando, no então distrito de Santo Antônio de Volta Redonda, foi instalada a CSN, fazendo surgir uma das primeiras "company towns"⁹ do país. A partir disso provocou-se um grande fluxo migratório, acompanhado de um acentuado crescimento populacional, que se prolongou até o final dos anos de 1970, com a atração de milhares de pessoas, provindas de várias regiões do país, principalmente de Minas Gerais, em busca de melhores condições de vida. Esse processo, no entanto, não foi acompanhado por políticas habitacionais adequadas, o que contribuiu para ocasionar um déficit de moradias que persiste até os dias atuais.

A vila operária planejada por Atilio Corrêa, renomado urbanista brasileiro, não comportava essa demanda, haja vista que as moradias previstas no Plano Urbanístico local atendiam apenas a uma pequena parcela dos funcionários da Usina, cerca de 30% segundo Assis (2013), com prioridade para os funcionários de alto escalão. Como não havia moradias para todos, muitas famílias se direcionaram para as regiões periféricas - que compunham a chamada "Cidade Velha"¹⁰ - carentes de investimentos e condições adequadas de vida. A primeira dessas ocupações ocorreu no morro São

⁷Utilizaremos o conceito de "ocupação urbanas organizadas" como sendo assentamentos urbanos constituídos a partir da ocupação coletiva não consentida de imóveis (sobretudo de terrenos) urbanos vazios de terceiros por famílias de baixa renda para fins de moradia, estruturada previamente por movimentos sociais e assessorada por profissionais voluntários. Sobre essa questão vide Lélis (2016).

⁸ Utilizaremos apenas o termo ocupação ou ocupação.

⁹ Termo é definido por 'cidade-companhia', modelo de cidade ou região monopolizada por uma empresa com o objetivo de montar uma infraestrutura urbana e ao mesmo tempo estender o controle da empresa no âmbito da vida privada dos operários. Sobre essa questão vide Mangabeira (1993).

¹⁰ Núcleo inicial de Volta Redonda, que corresponde à área da cidade que não foi planejada pela CSN, e formava a 'periferia' da cidade com os bairros Retiro, Belmonte, Santo Agostinho, entre outros (Soares, 2019).

Carlos, próximo ao bairro Conforto, planejado pela CSN para atender aos operários de baixo escalão, os "peões"¹¹. Essa problemática foi tomando proporções cada vez maiores nos anos de 1970, com o fim dos estágios de expansão da CSN, que deixou milhares de desempregados na cidade, e tornou-se ainda mais severo na década de 1990, com a crise econômica gerada pelos impactos da privatização dessa empresa.

O Direito de morar: questões teóricas

A questão da moradia em Volta Redonda se insere em um contexto mais amplo de desigualdade social e urbana no Brasil, que é abordado por diversos autores discutem essa problemática. Santos (1996) discute a relação entre espaço e desigualdade, destacando como o espaço urbano é fragmentado pela ação do capital e como isso resulta em um desenvolvimento desigual e excludente. A cidade de Volta Redonda reflete bem essa análise, uma vez que as ocupações surgem nas periferias, áreas que historicamente foram negligenciadas pelo poder público.

Lefebvre (2001) destaca a importância da moradia como um direito fundamental e a necessidade de uma gestão urbana mais justa e democrática. Segundo ele, a cidade contemporânea é marcada pela produção de espaços desiguais, onde a população de baixa renda é relegada à periferia e excluída do acesso aos serviços e infraestrutura urbana. A luta pela moradia, nesse sentido, é uma luta pelo direito à cidade, pelo direito de participar da produção e gestão do espaço urbano. Ele defende, ainda, que o direito à cidade é um direito fundamental, que inclui não apenas o acesso à moradia, como também a participação na produção do espaço urbano. O autor afirma a questão da propriedade privada da terra como central, e critica a mercantilização do espaço urbano, que transforma a moradia em uma mercadoria e exclui aqueles que não têm condições de comprá-la. A luta pela moradia, portanto, passa pela crítica à propriedade privada e pela defesa da função social da propriedade. Esse pensamento se relaciona diretamente com as ocupações de Volta Redonda, que surgem como uma resposta ao desamparo habitacional e à

¹¹ Designação pela qual eram conhecidos os operários da CSN, em sua maioria provenientes das regiões pobres de Minas Gerais e do Nordeste. (Soares, 2019)

exclusão social.

Maricato (2001) destaca a importância das políticas públicas de habitação para garantir o acesso à moradia digna e analisa as desigualdades urbanas no Brasil, destacando a falta de planejamento e a segregação socioespacial (Maricato 2003) na visão da arquiteta, as políticas habitacionais no Brasil têm se caracterizado pela priorização da produção de moradia para a classe média, deixando de lado a população de baixa renda. Diante desse panorama, defende a necessidade de políticas públicas que atendam às necessidades da população mais pobre, como a construção de moradias populares e a regularização fundiária (Maricato, 2001

Harvey (2014) aprofunda a análise da relação entre a luta pela moradia e a luta de classes. Para o autor, a questão da moradia está intimamente ligada à exploração capitalista, que transforma a terra em mercadoria e exclui a população de baixa renda do acesso à cidade. Ele destaca a importância da organização e da mobilização social na luta pela moradia, a fim de assegurar a efetividade e universalidade desse direito. Em seus termos a cidade deve ser um espaço em que a distribuição dos recursos e direitos seja equitativa. A luta urbana nesse sentido, gira em torno da promoção da justiça social .

Villaça (2006) apresenta uma análise abrangente sobre a questão da moradia no Brasil ao abordar em suas obras desde os aspectos históricos e conceituais até as políticas públicas e os desafios contemporâneos. O urbanista destaca a importância da moradia como um direito social e a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à moradia digna para toda a população. Diante disso defende a criação de um sistema nacional de habitação, que articule as ações dos diferentes níveis de governo e da sociedade civil.

Por fim, Rolnik (2015) discute a financeirização da moradia e seus impactos nas cidades. Suas contribuições, nesse estudo, serão relevantes análise serão relevantes para entender como as ocupações resistem à lógica excludente do mercado imobiliário, a exemplo da Ocupação, que se organizou em uma área que vem sendo disputada com uma empresa que pretende construir um condomínio particular.

A análise da problemática da moradia em Volta Redonda - à luz das contribuições de Lefebvre, Maricato, Harvey, Rolnik, Santos e Villaça- revela a complexidade do tema e a necessidade de abordagens multidisciplinares. A luta pela

moradia em Volta Redonda, assim como em outras cidades brasileiras, é uma luta pelo direito à cidade, pelo direito à participação na produção e gestão do espaço urbano, e pela garantia de condições dignas de vida para toda a população.

Sobre os autores que discutem a luta pela moradia especificamente em Volta Redonda, destacamos a contribuição de Souza (1992), que discute a questão da evolução urbana, dos conflitos urbanos, dos movimentos sociais e a luta pela moradia em Volta Redonda nos anos de 1970 e 1980. Dias (2002) que analisa organização dos núcleos de posse de Volta Redonda também nesse período. Almico, Corona e Estevez (2020) que discutem o problema da moradia em Volta Redonda, focalizando as lutas pelo direito à cidade, travadas desde os anos 1940 até os anos 2000. Assis (2013) discute os conflitos e as representações do espaço urbano em Volta Redonda e Santos (2020) analisa a atuação da CSN como promotora do planejamento urbano e regional na cidade de Volta Redonda, marcadamente através de sua implantação na década de 1940 até meados da década de 1960.

A Ocupação Nove de Novembro

Essa Ocupação, organizada desde 2008 no bairro Santo Agostinho, é ligada ao MNLM-Movimento Nacional de Luta pela Moradia¹². Sua principal articuladora foi Maria de Lourdes Lopes, conhecida como Lurdinha, importante liderança popular de Volta Redonda. Ela se sensibilizou com a situação de vários moradores do bairro Santo Agostinho e decidiu iniciar uma Ocupação na região.

O nome da ocupação faz referência a maior greve organizada em Volta Redonda, a 'Greve de 1988', conduzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos, que contou com uma ação militar do Exército para conter os grevistas e resultou na morte de três metalúrgicos -Willian, Valmir e Barroso- no dia Nove de Novembro, tornando essa data um marco nas lutas populares na cidade.

¹² O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) é um importante movimento social brasileiro, fundado em 1990, que luta pelo direito constitucional à moradia digna e à reforma urbana, organizando famílias para ocupar espaços, reivindicar políticas públicas e pressionar por acesso à terra, habitação, saneamento, saúde e educação, atuando nacionalmente através de ocupações e articulações políticas para transformar cidades em locais mais justos para a população. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/492>, acessado em 12/12/2025.

Segundo Paulo Lopes Ribeiro¹³, conhecido como Paulinho, professor de História, 56 anos e atual líder da Ocupação, inicialmente eles pensaram em ocupar uma área localizada próximo da rodovia do Contorno, na altura do atual bairro Parque do Contorno, mas pelo fato de que poderia estar contaminado por resíduos industriais da CSN¹⁴, decidiram-se pelo atual terreno, localizada na linha férrea, próximo ao viaduto Nelson Gonçalves, pertencente a SPU-Secretaria de Patrimônio da União¹⁵ e da RFFSA.

Para formar a Ocupação, segundo Paulinho, foram feitos contatos com pessoas que moravam no bairro Santo Agostinho e que tinham necessidade de moradia, pois moravam em condições precárias, sem condições de arcar com o aluguel. Foram convidadas cerca de 100 pessoas, que se reuniam periodicamente na Associação de Moradores do bairro Volta Grande, no Sepe-Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação e Sindicato dos Metalúrgicos. O dia 27/08/2021, às 00 horas, até então mantido em sigilo absoluto, foi a data em que a ocupação do terreno foi efetivada. Os ocupantes só souberam dos detalhes da ação exatamente na hora que ela foi anunciada, e dessa forma, no horário especificado, todos foram em caminhada até o terreno a ser ocupado. No dia seguinte, 28/08, segundo Paulinho¹⁶ a Polícia chegou e ameaçou retirar os ocupantes.

Paulinho afirma que tão logo ocuparam essa terra, o prefeito Antônio Francisco Neto, se recusou a reconhecer a Ocupação, mas Lurdinha, a partir de contato com a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) conseguiu o direito de uso da terra em caráter social. Mesmo com esse direito de uso assegurado, o prefeito Neto tentou intervir, acionando a Polícia e a Guarda Municipal em diversas ocasiões para retirar os moradores. Paulinho afirma que houve muito terror psicológico em cima dos ocupantes, contudo a SPU impediu qualquer tentativa de despejo pois essa terra não

¹³ Entrevista realizada em 23/08/2025.

¹⁴ Sobre essa questão existe o caso da contaminação do solo no bairro Volta Grande 4, alvo de ação judicial que se encontra em andamento.

¹⁵ A Secretaria do Patrimônio da União - SPU é o órgão do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos responsável pela gestão do Patrimônio da União. Entre suas responsabilidades está a autorização para a ocupação dos imóveis públicos federais, estabelecendo diretrizes para alienação de imóveis, cessão onerosa ou gratuita, entre outras formas de destinação, objetivando a melhor gestão deste patrimônio. Disponível em <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao> acessado em 09/07/2025.

¹⁶ Entrevista realizada no dia 23/08/2025

pertence ao Município, mas a União. O prefeito foi obrigado a retirar as forças policiais e o episódio se tornou uma vitória para os participantes da ocupação. Com a cessão da terra, vieram inúmeros protocolos, um deles foi assegurar que o local não viraria uma favela. Contudo isso criou uma problemática, pois a principal função de uma ocupação é disponibilizar um pedaço de terra para que aquela pessoa construa algum tipo de moradia, inviabilizando assim para os ocupantes a ideia de entrar no terreno e morar.

Inicialmente a Ocupação possuía 114 famílias cadastradas, mas infelizmente a área ocupada não abrigaria a todos. Para contornar esse problema, os participantes da Ocupação decidiram ingressar no programa "Minha Casa, Minha Vida". Mesmo não sendo está a ideia inicial, entretanto foi a forma encontrada pela coordenação para atender todas as famílias cadastradas. Com o passar dos anos, devido às dificuldades enfrentadas pelos moradores, e sobretudo pelo descaso dos governos municipal e federal, que não se mobilizaram para atender as demandas da Ocupação, muitas famílias foram desistindo, restando 76 famílias, que ainda permaneciam na ocupação. Esse número de famílias ainda é superior ao que pode ser alocado no terreno ocupado e para resolver essa questão, a coordenação da Ocupação apresentou uma proposta de construir um prédio, que abrigaria mais famílias.

Essa construção seria financiada pela CAIXA através de um projeto social. Assim foi elaborado um projeto que atenderia as 76 famílias, mas esse projeto já vem se arrastando a anos, devido a exigências técnicas, financeiras e burocráticas da CAIXA, retardando todo o processo.

A ocupação se mobilizou e com ajuda de organizações do movimento popular, arquitetos e outros profissionais, que elaboraram um projeto arrojado, com espaço de lazer para crianças e idosos, espaços culturais como o CRIARTE, e um centro de memória, nomeado Centro de Memória Waldyr Calheiros. Incluía ainda a criação de um Buffet Comunitário, gerenciado pelos próprios moradores, que seria fonte de geração de renda.

O projeto foi muito bem planejado, mas demorou cerca de 9 anos para ser aprovado, e quando finalmente a CAIXA o aprovou, eles perceberam que não seria possível construir o empreendimento pois os custos haviam aumentado excessivamente nos últimos anos. Por fim, após as posses do novo governo federal, em 2019, os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida foram congelados e todo

o projeto foi interrompido. Após tanto tempo a PGR- a Procuradora Geral da República-, solicitou novamente o projeto, pois o antigo ainda possuía 76 famílias e infelizmente, no decorrer do processo, muitas pessoas faleceram. A ocupação refez o projeto, mas ainda não tiveram retorno algum.

A Ocupação é formada atualmente por 15 famílias que se reúnem quinzenalmente para discutir suas demandas, mas somente uma delas, formada pelo casal Dalva Bernadete Vieira Ângelo e Sebastião Coutinho, por conta de um acordo com a Prefeitura local, abriga-se na área da Ocupação. Eles são responsáveis pela guarda do local, bem como pequenas manutenções¹⁷. Depois de muita luta, os membros da Ocupação conseguiram garantir a posse da terra, garantiram os recursos financeiros para a construção de um bloco de apartamentos financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades¹⁸ e lutam agora pelo início da construção dos apartamentos. Uma dificuldade que eles enfrentam hoje é que uma família também reivindica a posse do terreno, gerando um impasse que terá que ser resolvido para que a obra dos apartamentos seja iniciada.

A partir das falas registradas na entrevista com o líder, se torna possível aprofundar a compreensão sobre os processos de organização interna da Ocupação, e sobre o modo como ela se construiu, ao longo dos anos, formas próprias de resistência, de solidariedade e do direito à terra. As experiências narradas reforçam que a Ocupação não emerge como um evento isolado, mas como o resultado direto das contradições urbanas, das desigualdades estruturais e da ausência de políticas habitacionais eficazes no município.

Considerações Finais

A Ocupação Nove de Novembro representa a expressão e contestação das desigualdades urbanas de Volta Redonda. Se, por um lado, denuncia a insuficiência histórica das políticas habitacionais, por outro, instauram práticas de cidadania que tensionam a cidade realmente existente em direção a um ideal normativo no qual a

¹⁷Entrevista realizada no dia 23/08/2025

¹⁸ Sobre esse Programa, acesse <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-n-1322#:~:text=Sele%C3%A7%C3%A3o%20final%2C%20vistoria%20e%20entrega,garantindo%20a%20titularidade%20im%C3%B3vel.Acessado> em 24/08/2025.

moradia é reconhecida como direito e a propriedade cumpre sua função social. Reunindo moradores pobres das periferias da cidade, com baixa renda, empregos precários e sem acesso a condições dignas de moradia, essa Ocupação surgiu como uma resposta ao déficit habitacional de Volta Redonda e às precárias condições de vida. Com essa pesquisa pudemos constatar os mecanismos por meio dos quais as comunidades constroem reconhecimento e extraem respostas institucionais. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para um debate público mais qualificado e para a formulação de políticas que transcendam soluções episódicas, enfrentando de forma estrutural a crise da moradia em Volta Redonda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMICO, Maria Clara; ESTEVEZ, Alejandra; CORONA, Lohany. **A produção social do espaço urbano em Volta Redonda. Experiências e lutas por direitos humanos no Sul Fluminense** [livro eletrônico] / organização Elaine Ribeiro Sigette, Alejandra Luisa Magalhães Estevez, Rafael Mendonça Dias. 1. ed. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <https://mepvr.com.br/wp-content/uploads/2021/03/E-book-Experiencias-e-Lutas-por-Direitos-Humanos-no-Sul-Fluminense-2020.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ASSIS, Renata Oliveira. **Usina e Cidade: Harmonia, Conflitos e Representações do/no Espaço Urbano em Volta Redonda, RJ**. Minas Gerais: Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Viçosa, 2013.

DIAS, Sergio Tadeu Bringel, **Espaço urbano: concessão ou conquista? Os núcleos de posse de Volta Redonda (1970-1985)** – Vassouras: USS, 2002.

FRANCO, Douglas Vinicius. **Company town e especulação imobiliária: um estudo de caso no município de Volta Redonda - RJ**. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 9, n. 2 (2018), p. 102-121.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Editora Edições 70, 2001. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2020**.

INSTITUTO POLIS. **O que é direito à cidade?** Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 13/01/2025.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MARICATO, Ermínia. **As políticas habitacionais no Brasil**. São Paulo: Perspectiva,

2001.

MARTINS, Alex Rodrigues. **Ocupação Comunitária Dom Waldyr Calheiros**. Simpósio, [S.I.], n. 7, fev. 2019. ISSN 2317-5974. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/simposio/article/view/1167>. Acesso em: 10 dez. 2024

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo, São Paulo, 2015.

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979)**. 2019. 301 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

SOUZA, Cláudia Virginia Cabral de. **Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda**. [S.I.], 1992. 311 f. Tese de Doutorado (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Cortez, 2006.

FONTES CONSULTADAS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

ESTATUTO DA CIDADE, Lei no.10257/2001

LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Brasília, DF, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 02 dez. 2024.

LEI ORGÂNICA. Volta Redonda, 5 abr. 1990. Disponível em: https://www.voltaredonda.rj.leg.br/leis/leis/lei-organica/LEI_ORGANICA.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

LEI DE ZONEAMENTO DE VOLTA REDONDA, Lei no. 1412/1976 PLANO DIRETOR DE VOLTA REDONDA.